

3. As favelas no Rio de Janeiro: Origem e situação atual



Favela Macedo Sobrinho – removida em 1970

*Barracão
De zinco
Sem telhado
Sem pintura lá no morro
Barracão é bangalô
Lá não existe
Felicidade
De arranha-céu
Pois quem mora lá no morro
Já vive pertinho do céu*

(Herivelto Martins)

Para entender o processo de produção do espaço urbano na cidade do Rio de Janeiro e como este processo contribuiu para a atual organização do espaço, caracterizada pela intensa fragmentação social, é necessário voltar ao processo de formação da cidade, principalmente ao início de sua transformação em espaço adequado às exigências do modo de produção capitalista. Este período, correspondente a segunda metade do século XIX, nos interessa aqui devido ao seu papel transformador da cidade, de sua antiga forma colonial-escravista para uma cidade adequada aos interesses do capital e do Estado Republicano.

Neste capítulo, buscaremos apresentar a formação e o desenvolvimento da cidade tendo como foco o objeto de estudo favela e as contradições que envolvem a sua localização. As favelas surgem e se espalham pela paisagem de toda a cidade ao longo dos séculos XIX e XX, mas entendemos que estão inseridas na lógica da formação econômica e social da cidade. Por isso, optamos pela divisão do capítulo por tópicos para a melhor visualização do tema e do objetivo que nos propomos aqui. O entendimento das origens da favela e como elas se desenvolvem na cidade do Rio será importante para compreendermos os conflitos e contradições que envolvem a relação entre a favela e os bairros.

2.1 – O surgimento das favelas na paisagem carioca

Segundo Abreu (1988, p. 35), é somente a partir da segunda metade do século XIX e início do século XX que a cidade passa por um processo de transformação em sua forma urbana, apresentando pela primeira vez uma estrutura de classes espacial marcada pela estratificação em termos de classes sociais. A abolição da escravatura, o surgimento da indústria e o incremento do comércio e serviços na área central da cidade fazem com que se solidifiquem as classes sociais e se inicie uma luta pelo espaço, gerando conflitos que vão se refletir claramente no espaço urbano da cidade.

O principal conflito vai surgir com a presença dos pobres na área central da cidade. Segundo Abreu (1988, p. 42),

sede agora de modernidades urbanísticas, o centro, contraditoriamente, mantinha também sua condição de local de residência das populações mais miseráveis da cidade. Estas, sem nenhum poder de mobilidade, dependiam de uma localização central, ou periférica ao centro, para sobreviver. (...) A solução era então o cortiço, habitação coletiva e insalubre e palco de atuação preferencial das epidemias de febre amarela.

Os cortiços, grandes casarões onde morava grande número de famílias, abrigavam cerca de 50% da população carioca no período entre 1850-70 (CAMPOS, 2004, p.53). No ano de 1866, proíbe-se a construção de novos cortiços e se instala a “ideologia da Higiene”, dando início ao processo de destruição dos cortiços. A população pobre vai sendo aos poucos expulsa do centro da cidade. O período que nos chama atenção aqui é o que corresponde ao fim dos cortiços na área central, pois este período significa um momento marcante de exclusão social dos pobres na cidade do Rio de Janeiro. Concordamos com Vaz (1991, p. 140) quando aponta que ocorreram três momentos principais de exclusão social na evolução urbana da cidade: a proibição e demolição dos cortiços, as reformas e modernização da área central e o código de obras de 1937, que adotou a verticalização como solução para o problema da moradia, ratificando seu caráter elitista e lançando a moradia da classe de baixa renda na ilegalidade. É a partir da condenação e proibição dos cortiços que vamos analisar a evolução das favelas na cidade do Rio de Janeiro.

Esta população, conforme Abreu ressalta, não podendo se afastar do centro da cidade, de uma maior concentração de ofertas de trabalho, vai buscar outras formas de se manter no centro, surgindo então as primeiras favelas. O desenvolvimento urbano da cidade e a falta de mobilidade do pobre fazem com que se torne fundamental para ele permanecer nas áreas centrais, independente das condições de habitação que são “oferecidas”. Segundo Lessa (2005, p. 291), *“prevalecerão a busca de proximidade com o mercado de subsistência e a*

redução de tempo de deslocamento, em detrimento da densidade e insalubridade nos ex-quilombos, cortiços e favelas.”

Segundo Abreu e Vaz (1991, p. 2),

o aparecimento da favela está intimamente ligado a todo um conjunto de transformações desencadeadas pela transição da economia brasileira de uma fase tipicamente mercantil-exportadora para uma fase capitalista-industrial. (...) Trata-se do momento em que a economia cafeeira fluminense entra em crise (...) reorientando toda uma estrutura já consolidada de comportamento do capital mercantil; do momento em a cidade passa a ter um crescimento demográfico extremamente rápido (fruto de migrações internas e estrangeiras) que agravava sobremaneira a questão habitacional.

A tese mais difundida a respeito do processo de formação das favelas é a de que a primeira favela surge com a chegada dos soldados que combateram em Canudos e ocuparam as encostas do Morro da Providência (que ficou conhecido como Morro da Favela, dando origem a denominação) e de Santo Antônio a partir de 1897, ainda na área central, revelando-se a primeira contradição, que é a falta de moradias suficientes para atender a população que chegava à capital do país. Inicia-se assim, segundo Abreu (1988, p 36) uma separação dos usos e das classes na cidade.

Foto 4 – Morro da Favella, início do século XX



Fonte: site favelatemmemória.com.br

Foto 5 – Morro de Santo Antonio – 1914

Fonte: KOK, Glória. Rio de Janeiro na época¹

As imagens mostram os primeiros morros ocupados na região central pela população pobre da cidade. O morro da Favella estava localizado logo atrás do principal cortiço da cidade, o “Cabeça de Porco”, e onde hoje se localiza a favela da Providência. O morro de Santo Antônio foi parcialmente demolido para a construção do Aterro do Flamengo e para a abertura de duas grandes vias na cidade, sendo a população retirada do local. Chama atenção nas fotos a precariedade das construções (basicamente de madeira e zinco) e a falta de qualquer infra-estrutura urbana.

2.2 – A expansão das favelas: Subúrbio e Zona Sul

A implantação dos trens e dos bondes vai ajudar a orientar esta separação, sob o “comando” do Estado e dos proprietários dos meios de produção, permitindo a efetiva expansão da cidade e o espraiamento da população para novas áreas da cidade. Segundo Abreu (1988, p. 43), o período entre 1870 e 1902 representa a primeira fase de expansão acelerada da malha urbana carioca.

No início do século XX, os trens vão ser fundamentais para a ocupação das áreas suburbanas da cidade, enquanto os bondes, sendo implantados por empresas privadas, em geral internacionais, vão orientar a ocupação da Zona Sul da cidade. Neste período já estava se

1

Disponível na internet no site www.educacaopublica.rj.gov.br/.../image008.gif

delineando a ocupação da Zona Sul pelas classes sociais mais abastadas da época. Onde antes se tinham pequenas chácaras de fim de semana e pequenas comunidades pesqueiras, começam a surgir alguns dos mais importantes bairros da cidade, voltados para atender as classes de mais alta renda.

A Reforma Passos, ocorrida no início do século XX, foi fundamental para determinar a expulsão dos pobres do centro da cidade. Ao abrir grandes espaços, alargar ruas e destruir cortiços que ainda restavam, a administração Passos

viabilizou então o desenvolvimento de sua própria negação, ou seja, a proliferação de um habitat que já vinha timidamente se desenvolvendo na cidade e que, por sua informalidade e falta de controle, simbolizava tudo o que se pretendeu erradicar da cidade. Este habitat foi a favela (ABREU e VAZ, 1991, p. 3).

Foto 6 – Abertura da Avenida central – 1904-1905



Fonte: Fonte: KOK, Glória. Rio de Janeiro na época

A imagem mostra a demolição de casas e cortiços na área central da cidade para a abertura da Avenida Central, no início do século XX. A avenida foi uma das mais importantes obras da chamada Reforma Passos, e contribuiu bastante para retirar do centro muitos cortiços e expulsar grande número de população pobre.

A presença da favela na área central e na Zona Sul da cidade se configura como uma importante contradição no espaço urbano. Já neste período, as classes sociais mais abastadas começaram a ir em direção a Zona Sul da cidade, na área litorânea, já no final do século XIX, quando se difunde a idéia da praia como amenidade, como local de práticas esportivas e saudáveis, chamando atenção também a possibilidade de um maior contato com a natureza. Bairros mais próximos ao centro, como Glória e Catete, sempre receberam esta população mais abastada, sendo seguidos por Botafogo já na metade do século. É importante lembrar também que este movimento das classes mais altas da sociedade carioca para a chamada Zona Sul foi acompanhado de perto pelo Estado e pelos agentes imobiliários, que ao mesmo tempo em que produziam o espaço voltado para as classes altas, criavam assim condições para a chegada de trabalhadores pobres aos locais reservados às classes altas. A ocupação da Zona Sul, portanto foi pensada, planejada e financiada pelos agentes de reprodução do espaço urbano que desejavam a reprodução do capital e atender as necessidades de uma população de alta renda, e que permitiram também a presença e ocupação de trabalhadores pobres no local para atender a demanda de mão-de-obra.

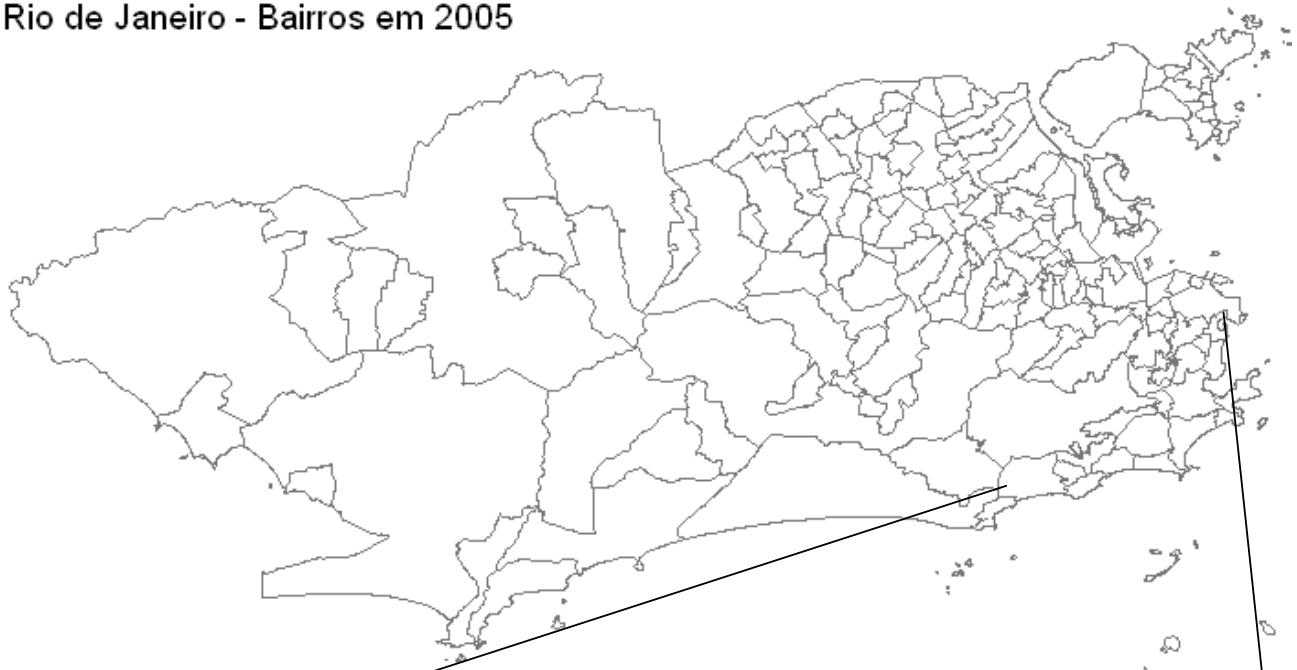
O Estado sempre esteve presente no processo de urbanização da Zona Sul, dotando da infra-estrutura necessária para a ocupação das classes altas. É importante aqui ressaltar que estas áreas não eram totalmente desabitadas antes da ocupação pelos promotores imobiliários. Além de algumas residências de classes altas, havia no local pequenas populações de pescadores (Copacabana) e residências pobres (Lagoa). Ao longo da ocupação da área pelos agentes imobiliários e pelo Estado, estas populações foram expulsas.

A expansão para o restante da Zona Sul ocorreu na segunda década do século XX. A partir da década de 1920, iniciou-se a ocupação de Copacabana, sendo impulsionada pela construção do Hotel Copacabana Palace, pelo chamado Túnel Velho, ligando Botafogo a Copacabana, e pela instalação de uma linha de bonde integrando todo o bairro (a linha data do final do século XIX). Neste período, iniciou-se também a construção de um loteamento voltado para as classes altas da

sociedade para a ocupação de Ipanema e Leblon. Também neste período, a chegada do Bonde até a freguesia da Gávea permitiu sua efetiva ocupação. O Mapa 01 mostra a localização da área referente à Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro.

Mapa 01: bairros da zona sul na cidade do rio de janeiro

Rio de Janeiro - Bairros em 2005



Escala 1:285052



2.3 – A Chegada do migrante

O desenvolvimento da área central e da Zona Sul e a expansão industrial ocorrida no início do século XX vão atrair grande número de migrantes e população pobre para a cidade, que teve grande incremento populacional nesse período. O Estado, voltado para atender aos interesses do capital industrial e imobiliário, não desenvolveu políticas habitacionais que dessem conta desse grande quantitativo populacional pobre que a cidade recebeu.

A cidade do Rio de Janeiro, como capital do Império e da república, sempre possuiu um importante potencial de atração de pobres em busca de melhores condições de vida e possibilidades mobilidade vertical. Segundo Lessa (2005, p. 292), a metrópole carioca desde o século XX, assim como outras metrópoles, possuem intensa atração da pobreza, e nesse momento principalmente a pobreza rural, porque, segundo Lessa (2005, p. 293), a metrópole

Apesar de toda a precariedade, eleva o padrão de bem-estar e a acessibilidade aos serviços sociais. A metrópole, quando cresce, é um canteiro de obras e um espaço de possibilidades que atrai, continuamente, mão-de-obra livre e pobre das cidades menores e da zona rural.

A cidade atraiu grande contingente de migrantes, desde o início do século XIX², principalmente de portugueses, tendo sendo o Rio de Janeiro o principal destino deste grupo. Já na segunda metade do século XX este fluxo diminui, ganhando força o fluxo de migrantes de outras regiões do país, principalmente do Nordeste. É importante aqui destacar que essas levas de imigrantes, principalmente nordestinos, vão dar origem a novos pontos de concentração de população pobre e, conseqüentemente a novas favelas, pois *“a população de uma região povoada pela pobreza e consolidada no tecido urbano cresce com sua*

2 Cabe destacar aqui a importância de outras cidades e regiões do Brasil como receptoras de imigrantes. São Paulo merece destaque pela importância do café e da indústria, e foi o local que recebeu o maior número de imigrantes no país, tendo hoje marcada em sua paisagem a influência destes grupos.

reprodução interna e assimila poucos novos migrantes. As ondas de recém-chegados irão multiplicar novos pontos de concentração de pobreza” (LESSA, 2005, p. 293). As redes familiares de migrantes nordestinos que se formam nas favelas vão incrementar ainda mais a população favelada na cidade do Rio, visto que as redes funcionam como mecanismo de acesso a moradia e de inserção no mercado de trabalho de forma mais rápida (LAGO E RIBEIRO, 2001, p. 36). Estas redes persistem até hoje, visto que grande parte dos entrevistados nas favelas em nossas visitas são oriundos das mesmas localidades do Nordeste do Brasil, além de dados do CENSO 2000 que comprovam que as favelas da Zona Sul da cidade tiveram um incremento de 40% de sua população no início da década de 1990, enquanto outras regiões da cidade registram um número muito pequeno de migrantes Nordestinos no mesmo período, o que comprova a persistência e a importância das redes familiares para a vinda destes imigrantes para a cidade do Rio de Janeiro (LAGO, 2003, p. 126).

A questão da formação econômica da cidade ao longo dos últimos séculos tem importância para entendermos quem é o pobre na cidade hoje e porque se formam importantes núcleos de concentração de pobreza por todas as áreas da cidade. Entendemos que para entender o processo de favelização é preciso pensá-la em um contexto maior, de desenvolvimento econômico. Recorremos então novamente a Lessa (2005, p.305) para tentar entender quem é o favelado no Rio:

a chaminé industrial não está na silhueta do Rio. O Rio é marcado pela favela, com forte e imediata associação à pobreza. *A favela coloca sob foco o pobre, e em segundo plano o operário.* (...) Para o entendimento do fenômeno em sua manifestação pioneira na cidade do Rio, é necessário pensá-la no bojo da urbanização que a cidade sofreu pós-Revolução Industrial. A urbanização do Rio, intensa e assimilando as inovações da modernidade, não foi acompanhada por uma intensa industrialização. É isso que diferencia a favela do Rio da clássica população miserável de qualquer grande cidade asiática.

Fica claro aqui que o pobre na cidade do Rio de Janeiro não foi o operariado, visto que este ocupava pequena parcela da população na cidade. A maior parte da população carioca, principalmente a que residia nas proximidades do centro e da Zona Sul, estava ocupada no setor de serviços, sendo predominantes as atividades ligadas a administração pública, o que veio a gerar uma demanda por um contingente direta e indiretamente ligado ao padrão de vida dos grupos abastados da população. No início do processo de favelização da cidade, fica claro que a população pobre vai procurar se localizar à retaguarda das classes sociais com maior poder aquisitivo e vai subsistir como mão-de-obra de diferentes atividades para os grupos sociais abastados³, fato que permanece até hoje, com a permanência dos moradores de favelas essencialmente como trabalhadores de serviços, conforme aponta a Tabela 01 (LAGO E RIBEIRO, 2001, p. 36).

Tabela 01 - Perfil sócio-ocupacional da população ocupada e do migrante nordestino ocupado, residentes nas favelas da zona sul e da zona norte no município do Rio de Janeiro, 1991

| Favelas da Zona Sul e Norte | Categorias socioocupacionais | | | | | |
|-----------------------------|------------------------------|-------------------|--------------|----------|---------------|------------|
| | Elite | Pequena burguesia | Classe média | Operário | Prolet. Terc. | Subprolet. |
| Pop. Residente | 1,30% | 3,40% | 17,00% | 20,90% | 37,30% | 19,80% |
| Migrante NE | 0,40% | 0,70% | 6,40% | 15,70% | 59,70% | 16,90% |

Fonte: Censos Demográficos, FIBGE; Iplanrio, 1991.

O crescimento da cidade veio acompanhado de uma grande contradição: a falta de moradias para os pobres. Inicia-se aí a crise habitacional e o processo de favelização em toda a cidade do Rio de Janeiro, que vai culminar em grandes problemas e conflitos sociais na atualidade. O crescimento da população da favela se mostrou muito mais intensa do que no restante da cidade. Segundo apontam Ribeiro e Azevedo (1996, p. 14), *“a população residente em favela cresceu 27,8% entre 1970 e 1980, enquanto a população total aumentava 19,7%”*, o que demonstra a incapacidade do mercado de moradias e a ausência de

³ Sobre este assunto ver também LAGO, Luciana Correa. Desigualdade e Segregação na Metrópole.

políticas públicas voltadas para a habitação no atendimento da demanda da população pobre, além dos migrantes que chegavam à cidade (Tabela 02).

Tabela 02 – Crescimento da população total e residente em favela no município do Rio de Janeiro, 1950/1991

| Anos | pop. RJ | pop. Favel. | Cresc. Pop. RJ a.a | Cresc. Pop. Fav. a.a | Pop. fav./ pop. RJ |
|------|-----------|-------------|--------------------|----------------------|--------------------|
| 1950 | 2.375.280 | 169.305 | – | – | 7,13% |
| 1960 | 3.300.431 | 335.063 | 3,34% | 7,06% | 10,15% |
| 1970 | 4.251.918 | 565.135 | 2,57% | 5,37% | 13,29% |
| 1980 | 5.090.723 | 722.424 | 1,82% | 2,49% | 14,19% |
| 1991 | 5.480.768 | 962.793 | 0,67% | 2,65% | 17,57% |

Fonte: Censos Demográficos, FIBGE; Iplanrio, 1991.

Conforme dados da Tabela 02, a população moradora de favela apresentava um ritmo de crescimento intenso a partir da década de 1950, enquanto os demais moradores começaram a apresentar um ritmo de crescimento bem menor a partir da década de 1980. Vale destacar também que o ritmo de crescimento da população favelada também diminuiu a partir desta década, provavelmente impulsionada pela diminuição da chegada de imigrantes nordestinos na cidade. Segundo Lago e Ribeiro, (2001, p. 34) as razões que explicam essa diminuição do crescimento da população favelada na cidade foram os loteamentos periféricos, com baixos investimentos em infra-estrutura e comercialização à longo prazo, o que tornou-se o principal meio de acesso dos pobres à casa própria, além da política de remoções da década de 1960 e 1970.

2.4 – A favela ganha destaque no cenário carioca: A atuação do poder público

A evolução do crescimento das favelas ao longo do século XX foi notável. *“De um início discreto, a favela impôs sua presença efetiva no*

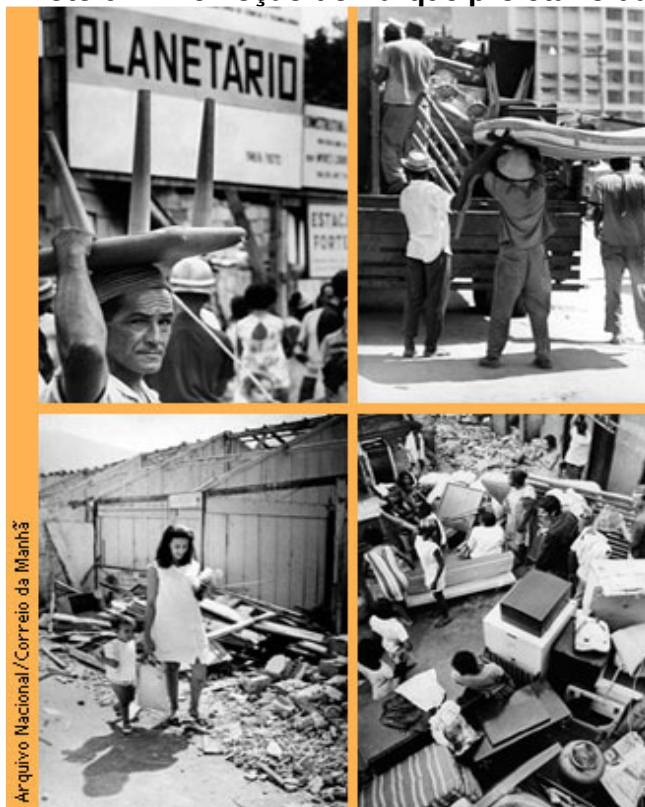
espaço urbano e no imaginário do Rio de Janeiro a partir dos anos 20” (Lessa, 2005, p. 296). A partir dos anos de 1930 as favelas ganham maior visibilidade na cidade. O Plano Agache foi o primeiro documento oficial a citar a presença de favelas no Rio de Janeiro, quando esta presença já começava a incomodar. No censo de 1948, já se registrava uma população de 138.837 habitantes morando em 105 favelas, o que representava 7% da população da cidade. As favelas estavam distribuídas por toda a cidade, sendo os pontos de maior concentração a Zona Norte (29,5%) servida pelo trem, a área central (22,7%) e a Zona Sul (20,9%) (VALLADARES, 1978, p. 22).

Durante o período que vai de 1945 à 1965, surgem novos conflitos em relação as áreas valorizadas da cidade e a presença de população pobre nessas áreas. As favelas, apesar de incômodas, serviram como instrumento político, como campo de atuação de políticos, que ofereciam barganhas para os favelados em troca de votos, que nessa época representavam quase 10% da população carioca. A favela passa a ter, portanto, maior visibilidade no cenário político e cultural da época. Na década de 30, o samba, nascido na praça Onze e subindo a favela posteriormente, passa a figurar nos principais circuitos da música carioca, assim como as escolas de Samba, até hoje muito ligadas as favelas, passam a fazer parte do programa oficial do carnaval da cidade (BURGOS, 2004, p. 26).

No campo da política, as favelas são reconhecidas como campos de possíveis tensões. Conforme nos aponta Valladares (1978, p. 26), *“as favelas constituíram um campo fértil para a demagogia política (...) [pois] os políticos tornaram-se verdadeiros intermediários entre a população local e o 'mundo de fora', de onde provinham os recursos e os serviços”*. É neste contexto de tentativa de controle e de clientelismo que surgem os parques proletários, primeira política habitacional do governo para a população de baixa renda, onde os habitantes das favelas eram vistos como *“almas necessitadas de uma pedagogia civilizatória”* (BURGOS, 2004, p. 28), sendo submetidos a diferentes mecanismos de controle, como fornecer atestados de bons antecedentes e sessões de lições de moral. Os Parques Proletariados da Gávea, Leblon e Cajú foram

construídos entre 1941 e 1943 e removeram cerca de 4.000 moradores, com a promessa de que a moradia no parque seria provisória, e que os moradores poderiam retornar para as áreas de onde foram removidos quando estas passassem por obras de urbanização. Os Parques Proletários acabaram funcionando como um mecanismo de fixação territorial de moradores de favela⁴, mas com a valorização dos bairros onde foram instalados, principalmente Leblon e Gávea, os moradores são removidos novamente para áreas menos valorizadas. O Parque Proletário da Gávea foi removido em 1970 e sua população foi fixada na Cidade de Deus.

Foto 07 – Remoção do Parque proletário da Gávea



Fonte: site Favelatememória.com

As imagens mostram a remoção do Parque Proletária da Gávea em 1970, dá área onde hoje funciona o

4 Segundo o site Favela Tem Memória, as condições de vida nos parques eram precárias, mas havia a presença do poder público com diferentes atividades. “Feitas de madeira, cobertas com telha vã e divididas em blocos, as casas proletárias não eram equipadas com cozinha, nem instalações sanitárias ou rede de esgoto, somente uma bica d’água. Mas os moradores tinham acesso a uma série de serviços gratuitos dentro do Parque, como cursos profissionalizantes, creche, posto médico e capela. Havia ainda banheiros e tanques coletivos para cada bloco de casas”.

estacionamento da Pontifícia Universidade Católica (PUC-Rio). A remoção do Parque veio na série de remoções de favelas da Zona Sul do Rio, e não cumpriu a promessa de retorno aos lugares de onde vieram, a maioria de favelas também da Zona Sul.

Outros atores entram em cena neste momento para garantir a ordem pública, como é o caso da Igreja Católica, que apontava a favela como possível reduto de comunistas. A Igreja então cria a Fundação Leão XIII, em 1947, e em 1955, cria a Cruzada São Sebastião. A fundação Leão XIII, com interesses políticos claramente definidos (conforme pesquisa do SAGMACS: “é preciso subir o morro antes que de lá desçam os comunistas”), tinha como objetivo “*assegurar assistência material e moral aos habitantes dos morros e das favelas do Rio de Janeiro, fornecendo escolas, creches, dispensários, maternidades, cantinas e conjuntos habitacionais populares*” (Valladares, 2005, p.76). A igreja surge como alternativa para controle das massas, e com o fim da ditadura do estado-novo, a igreja assume o papel de intermediária entre as favelas e o poder público. Mesmo com a atuação da Igreja, surgem nas favelas as primeiras organizações de moradores (embriões das associações de moradores atuais), assim como a União dos Trabalhadores Favelados. As favelas começam a mostrar uma mínima organização e inclusive com a associação à partidos políticos (VALLADARES, 2005, p.76; BURGOS, 2004, p. 29).

Os primeiros sinais de politização da favela expressam uma grande contradição na relação entre o poder público e os favelados, que sempre estiveram à parte da cidade, gerando assim a necessidade de uma maior atuação da Igreja. É quando surge a Cruzada São Sebastião, uma entidade com atuação mais intensa nas favelas, tendo como líder Dom Helder Câmara. Tinha como objetivo, segundo Valladares (2005, p. 77),

promover, coordenar e executar medidas e providências destinadas a dar solução racional, humana e cristã aos problemas das favelas do Rio de Janeiro (...) mobilizar os recursos financeiros necessários para assegurar, em condições

satisfatórias de higiene, conforto e segurança, moradia estável para as famílias faveladas; colaborar na integração dos ex-favelados na vida normal do bairro.

Enquanto a fundação Leão XIII atuou mais no sentido de cristianização e assistência moral às populações faveladas, a Cruzada São Sebastião desenvolveu suas atividades mais voltadas para as condições de moradia, realizando obras de urbanização, infra-estrutura e novas moradias. Suas obras mais importantes foram a construção do conjunto habitacional Cruzada São Sebastião, no Leblon, construído para abrigar parte da população removida da favela da Praia do Pinto, na Lagoa, obras de urbanização na favela Morro Azul, no Flamengo, e parque Alegria, além da instalação de redes de iluminação, esgoto e telefonia em mais de 50 favelas por toda a cidade.

A presença da Igreja como forma de controlar e intermediar a relação entre o bairro e a favela era sentida tanto pelos moradores das favelas como pelos moradores dos bairros. Enquanto a Igreja estava presente de forma efetiva, a sensação era de controle e de ausência de conflitos, conforme observamos na fala de um antigo morador do bairro do Flamengo, das proximidades da favela do Morro Azul, que aponta a importância da Igreja para o controle da favela.

Há 30 anos, um pároco da Igreja do bairro, da Santíssima Trindade, padre Paulo, ele cuidava, ele levava com mãos-de-ferro a favela. Não existia associação de moradores naquela época e todo mundo respeitava o Padre Paulo, inclusive a bandidagem. Essa favela tem uma característica também que ela tem um prédio enorme que foi construído pelo Dom Helder Câmara que plantou esse edifício no meio da favela. Isso fez, com o passar do tempo, que essa favela, o Morro Azul, fosse ainda sim respeitada, não tivesse grandes problemas e ela nunca evoluiu muito pra um grande foco de tráfico ou coisa parecida (...) A influência da paróquia era muito grande.

Fica clara na fala do morador o quanto foi importante a participação da Igreja no trabalho de urbanização e outros equipamentos urbanos na favela, assim como para garantir a boa relação com o bairro. O edifício citado na fala do morador foi construído pela cruzada São Sebastião dentro da área da favela como residência para alguns moradores que podiam pagar por uma moradia de baixa renda, recebendo ainda o nome do Pároco do bairro, edifício Padre Paulo. O morador entrevistado cita ainda a presença da Fundação Romão Duarte, uma creche que abriga muitas crianças da favela e fica bem próxima dela.

Foto 08 – Favela Morro Azul



Foto: Marta do Nascimento, 2009.

A foto mostra parte da favela do Morro Azul, com a vista da rua Paulo VI. A favela passou por uma urbanização parcial promovida pela Cruzada São Sebastião. A construção principal na parte central da foto é o referido prédio, com moradores da própria favela que adquiriram como moradia para baixa renda, o Edifício Padre Paulo.

A atuação no poder público neste período (de 45 à 60), portanto, colaborou para manter a ordem e o domínio sobre as áreas de favela,

além de garantir a permanência das mesmas nas áreas mais valorizadas da cidade. Novamente, apontamos aqui o conflito entre os interesses do estado e do capital, principais agentes da produção do espaço urbano, e os interesses dos trabalhadores pobres urbanos, que sem grandes escolhas, estavam a disposição dos interesses dos primeiros. Mesmo assim, algumas favelas foram removidas para conjuntos habitacionais distantes, localizados no subúrbio, como a do Morro do Pasmado em Botafogo, removida em 1964, sendo seus moradores levados para Vila Kennedy, localizada no bairro de Senador Camará, na Zona Oeste da cidade.

A implantação da ditadura militar no Brasil representou grandes impactos na organização social e espacial da cidade, além do esvaziamento do poder político citado acima. A cidade esteve marcada pela implantação de grandes indústrias e grandes obras de infraestrutura, além da fusão do estado da Guanabara e do Rio de Janeiro. O período da ditadura militar foi de intensa repressão às favelas e à população pobre da cidade, sendo um período de muitas remoções de favelas, principalmente na Zona Sul. Sobre as remoções de favelas na Zona Sul falaremos de forma mais aprofundada no Capítulo 3, pois entendemos que representam uma das mais importantes contradições nas relações entre a favela e os bairros na área mais nobre da cidade.

O período de 1960 a 1980 foi um período de muitas incertezas para a população favelada, marcado principalmente por remoções e intensa opressão política. As associações e organizações dos moradores que começaram a se formar na década de 1940 e 1950 foram completamente dissolvidas durante o período de repressão política. Além disso, as décadas de 1970 e 1980 foram particularmente difíceis para a cidade do Rio de Janeiro, dentro da lógica econômica do país, pois a cidade passou por um esvaziamento político e econômico devido à transferência da capital para Brasília. A política habitacional adotada pelo governo da ditadura foi um programa maciço de construções habitacionais, através do BNH e da Cohab (LESSA, 2005, p.314), que muitas vezes não atingia aos pobres e causou um aumento da favelização apesar das remoções.

Durante os anos de 1980, prevaleceu no Rio de Janeiro políticas sociais clientelistas e uma negação a prática de remoções. A prática clientelista adotada pelo governo Brizola representou também uma nova forma de se lidar com as favelas e os excluídos no Rio de Janeiro. Brizola desenvolveu então projetos que visavam a implantação de infra-estrutura (rede de água, saneamento e coleta de lixo), pois as favelas do Rio até este período possuíam infra-estrutura muito precária. Além disso, o programa mais importante do governo Brizola era denominado “Cada Família um lote”, que visava à regularização fundiária das moradias nas favelas (BURGOS, 2004, p. 42). O programa representou o primeiro projeto social com vias a assumir a presença da favela na cidade, tornando-as parte da cidade legal, funcionando como uma legitimação da favela na cidade. O início da década de 1980 representou, portanto, segundo Lago (2003, p 126), a *“adoção de políticas de reconhecimento das favelas e dos loteamentos irregulares e clandestinos como solução dos problemas de moradia das camadas populares. Legitima-se a ilegalidade”*.

O governo Brizola representou também o momento da consolidação dos investimentos feitos pelos próprios moradores de favela em suas casas, representando a passagem do barracão de madeira e zinco à casa de alvenaria. A regularização dos imóveis na favela acabou de vez com a ameaça das remoções, principalmente na Zona Sul da cidade, onde as favelas estão em áreas privilegiadas quanto à acessibilidade e próximas do principal mercado de trabalho. As favelas então passam por um período de mudança, deixando evidenciado o poder de compra do pobre, visto que rapidamente as favelas foram tomadas por casas de alvenaria. Segundo Lessa (2005, p. 316), o efeito da política do governador Leonel Brizola pode ser notado através da intensa verticalização observada nas favelas do Rio, principalmente na Zona Sul, pois a alvenaria permitiu a construção de casas de dois e três andares, que se multiplicaram rapidamente. Hoje, é possível observar inclusive prédios em algumas favelas da cidade.

Foto 09 – Prédio construído na Rocinha



Fonte: Jornal O Globo, 16/03/09

Prédio sendo construído na favela da Rocinha, na Zona Sul do Rio de Janeiro, em 2009. As construções de prédios e casas de três pavimentos são muito comuns na Rocinha, assim como em outras favelas da cidade.

A Zona Sul vai ter grande participação no contingente de favelas devido ao grande crescimento que se inicia na década de 1940 e vai até os anos de 1970, quando a Zona Sul passa por intenso processo de valorização e verticalização. É este mesmo processo que vai gerar as intensas contradições que vão surgir com força no período citado. A década de 1990 e o início dos anos 2000 são marcados pela manutenção da política dos governos anteriores de prover infra-estrutura nas áreas de favela, além da manutenção da legalidade dos imóveis. Nesse contexto, surge assim o Programa Favela-Bairro, em 1995, um programa muito amplo de urbanização das favelas e com alto investimento público e internacional, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O Programa ocorreu de 1995 à 2000 e beneficiou 54 favelas e oito loteamentos irregulares, segundo dados do Instituto Pereira Passos (CAVALLIERI, 2005, p. 1).

O Favela-bairro, Segundo Cardoso (2002), tem como objetivo

complementar ou construir a estrutura urbana principal (saneamento e democratização de acessos) e oferecer condições ambientais de leitura

da favela como bairro da cidade., segundo os termos do Decreto no 14.332, de 7 de janeiro de 1995. O programa tem como metas .a integração social e a potencialização dos atributos internos das comunidade.

O programa, portanto, assumia favela como a não-cidade, como algo que precisava ser integrado ao território da cidade. Buscava levar para a Favela tudo que havia no bairro: calçamento, ruas largas, esgotamento sanitário, creches, postos de saúde, além da regularização dos imóveis e da realocação das moradias em áreas de risco, enfim, buscava a utilização racional do espaço, assim como acontece nos bairros (LESSA, 2005, p.315; DAVIDOVICH, 2000, p. 122). Existiam critérios para a participação da favela no programa, como o número de domicílios, o déficit de infra-estrutura. Os resultados do programa logo aparecem, também consequência da atuação das administrações anteriores, quando praticamente 98% das moradias em favelas possuem água e esgoto, coleta de lixo, entre outros fatores.

O programa teve, segundo dados quantitativos, uma boa avaliação quanto aos equipamentos de infra-estrutura urbana (CAVALLIERI, 2005, p. 2-4), no entanto, não conseguiu reduzir as distâncias sociais entre a favela e o asfalto, pois ressaltamos aqui o caráter simbólico da produção do espaço, que se mantém com a lógica segregadora que o produziu e no imaginário das pessoas, que continuam a perceber a separação da favela e do bairro, além da própria manutenção da situação econômica dos moradores da favela. Somente a urbanização não é capaz de garantir a efetiva integração das favelas na estrutura do espaço urbano.

A relação da favela e do bairro hoje continua delicada, pois as favelas se multiplicam por todos os bairros da cidade, sem distinção. Segundo dados do Instituto Pereira Passos e do IBGE, existem cerca de 750 favelas espalhadas por toda a cidade, e a população favelada passa de um milhão de pessoas, representando cerca de 18% da população e ocupando cerca de 42 Km² da área total da cidade, estando a favela completamente ligada a paisagem do Rio de Janeiro. Na Zona Sul, existem 27 favelas registradas, que contam com cerca de 100 mil

moradores, ocupando uma área de cerca de 4% da área total dos bairros. Como lidar com esta situação e melhorar as condições de vida das pessoas torna-se um desafio cada vez maior.